

# Luiz Henrique reafirma complô contra o governo

Josemar Gonçalves

O líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, denunciou ontem na tribuna da Assembléia Constituinte a articulação de um complô para desestabilizar o governo José Sarney «por forças internacionais poderosas» instaladas há mais de 20 anos no país. Em plenário, o deputado confirmou que a tentativa de enfraquecer o governo deve-se à sua posição de repudiar o monitoramento da economia brasileira pelo FMI e à manutenção da reserva de mercado para a informática.

— Percebe-se claramente as articulações e as tentativas para desestabilizar o governo. Há iniciativas freqüentes e poderosas para que abandonemos nossas posições de independência e de soberania», alertou o líder, completando que «conhecemos essas forças: elas instalaram-se há mais de 20 anos no país e não querem abandonar suas posições, mas têm interesses em continuar sua ação deletéria minando as iniciativas para as mudanças e as reformas que estão sendo feitas no país».

A fala do líder do PMDB estava sendo aguardada pelo plenário com um grande interesse desde o momento em que Luiz Henrique iniciou, na quinta-feira, suas denúncias contra as constantes investidas que, segundo ele, se articulam atualmente dentro e fora do país para enfraquecer o governo.

## Fogo cerrado

Luiz Henrique lembrou também que bastou que o governo José Sarney repudiasse ingerências descabidas nas decisões internas para que sofresse uma violenta campanha internacional, pressionando-o a abandonar suas posições. «E bastou que o Cruzado I tivesse um largo respaldo popular para que as pressões de todo tipo se intensificassem e promovessem a fuga de capitais, a retenção de estoques, a criação e generalização do ágio e a especulação financeira», comparou.

— O governo foi atacado com todo o arsenal acumulado ao longo dos anos por grupos que sempre enriqueceram apostando nas estruturas arcaicas, na estagnação, na manutenção de milhões de pessoas em condições de vida subumanas», apontou o líder assinalando que não é surpresa que às vésperas da segunda rodada de negociações da dívida externa brasileira, o governo esteja de novo sob o fogo cerrado de uma artilharia que tem alvo certo: «as conquistas da Nova República que incomodam aqueles que historicamente têm se beneficiado com práticas lesivas ao interesse público».

## E defende reforma bancária

Além das denúncias, o líder peemedebista antecipou ainda alguns pontos que o seu partido vai apoiar para o desenvolvimento econômico do país. O principal deles é o de uma reforma bancária «que permita a regulamentação dos lucros exorbitantes obtidos pelos banqueiros nos últimos anos e impeça o esmagamento do Banco do Brasil pelos bancos privados».

Segundo Luiz Henrique, o PMDB repudia qualquer monitoramento do país pelos bancos internacionais e vai dar uma base de apoio maciço ao governo para que ele negocie firmemente com os credores brasileiros.

Depois de lembrar que o presidente do Citibank, John Reed, afirmou recentemente que «os banqueiros internacionais iriam endurecer as negociações com o Brasil», ele ameaçou: «Vamos jogar duro também. Não vemos outra saída para continuar o desenvolvimento econômico do país».

Ele assegurou ainda que o PMDB não permitirá que recursos destinados à infra-estrutura sejam desviados para o pagamento de juros da dívida ou qualquer medida econômica que implique em recessão ou que reduza a oferta de empregos ou salários.

## Grupos de direita articularam golpe

Os generais Ernesto Geisel, presidente do Brasil no período 1974/79 e Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República nos governos Geisel e Figueiredo (até agosto de 81), foram procurados, nos últimos dois meses por setores da direita que articulavam um movimento para desestabilizar o governo do presidente Sarney. O apoio foi negado pelos generais e um deles (Geisel) desaconselhou o grupo dizendo que a solução, para o país agora é o presidente José Sarney.

Essa articulação da direita já vem sendo detectada pelo governo há mais de seis meses e o presidente Sarney foi informado sobre o teor da conversa entre o general Geisel e os líderes dos setores direitistas. Embora reconheça a gravidade da articulação, o presidente da República sabe que conta com a absoluta fidelidade das Forças Armadas que o reconhecem como seu comandante. Além disso, Sarney sabe que não há, no momento, nenhuma liderança militar disposta a acompanhar um movimento de desestabilização política.

Entre os setores da direita visto como «ex-cráveis» pelo governo e, principalmente pelos ministros militares do presidente Sarney, encontra-se a União Democrática Ruralista (UDR), cujos passos são acompanhados tanto pelo SNI quanto pelo Gabinete Militar da Presidência da República. E a UDR é vista ainda como um dos principais responsáveis pelo boicote ao Plano Cruzado.

Sem pretender dar nenhuma demonstração de força, o presidente Sarney, ao reunir ontem o Conselho de Segurança Nacional com os representantes dos poderes Legislativo (presidentes da Câmara e Senado), Judiciário (presidente do STF) e os seus ministros militares, respondeu às articulações que se processam e todos os ministros, civis e militares, saíram do encontro com uma palavra de ordem: é hora de defender o presidente Sarney. (Memélia Moreira)



Líder acusa «forças internacionais poderosas» de tramarem contra Sarney

# Sarney faz desabafo e acusa empresários

Memélia Moreira

«Esse jornal só defende os interesses dos banqueiros internacionais e seus próprios interesses. Nada mais». A declaração foi feita na manhã de ontem pelo presidente José Sarney, referindo-se a manchete de um grande jornal paulista, seis horas antes da reunião do Conselho de Segurança Nacional. Os relógios do Palácio do Planalto marcavam 9h40, quando o presidente da república fez sua observação, conversando com a professora Terci Moreira, com quem falou sobre problemas nacionais e literatura. A conversa foi interrompida pela chegada do deputado Ulysses Guimarães, pouco depois das dez horas.

Sarney apresentava sinais de uma noite mal dormida, embora com expressão menos tensa do que nos últimos 20 dias. Ele chegou ao Palácio às nove da manhã, despachou com seu secretário particular, Jorge Murad, com os ministros da casa e com Dante de Oliveira, da Reforma Agrária; Paulo Brossard, da Justiça, e Abreu Sodré, das Relações Exteriores. Sodré, antes de ser recebido pelo presidente Sarney, esteve com o general Bayma Denys, sempre usando as dependências privativas do Palácio, para evitar a imprensa. Na última audiência da manhã, Sarney recebeu e se deixou fotografar com as esposas dos governadores eleitos, quando voltou novamente a relaxar.

A observação feita pelo presidente da república sobre a defesa de interesses dos banqueiros internacionais se repete num espaço de 23 dias. No último dia 28 de janeiro ele se manifestou sobre o

crescimento das críticas contra seu governo, afirmando que «as críticas formam um círculo vicioso. Esses jornais criticam porque são lidos por pessoas que querem ver as críticas na imprensa. O povo não tem dinheiro para comprar jornal e é esse povo, são essas pessoas que nunca conseguiram comprar um litro de leite para um filho pequeno, que confiam em mim. O Plano Cruzado teve seus erros, teve seus acertos, mas ninguém nesse país pode dizer que o Brasil está pior do que há um ano. Houve uma revolução sem sangue».

Sarney reconhece que houve erros e, também, que houve uma dose de incompetência, porque o Plano Cruzado não foi corrigido no momento exato. Mas, apesar das críticas, ele não pretende substituir o ministro Dilson Funaro, da Fazenda, por razões pessoais, porque o presidente da república não esconde um fato: além dos erros cometidos, o Plano Cruzado sofreu uma sabotagem interna, a nível do empresariado nacional e dos próprios setores do governo que não conseguiram superar sequer a questão do abastecimento, e uma sabotagem das empresas multinacionais, que não aceitaram o congelamento.

A incompetência — palavra usada freqüentemente pelos que privam da intimidade do presidente — Sarney pretende corrigir dentro de um prazo mínimo. Quanto à sabotagem, presidente reconhece que o individualismo culturalmente enraizado no país dificilmente se supera em um governo. «Como corrigir esse problema, quando não se consegue nem mesmo organizar cooperativas?», indagou o presidente da república.

# Lourenço recua após falar com presidente

Nélio Rodrigues

«Não interessa mais o que eu pensava ontem. Fico do lado do Presidente da República». A afirmação é do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), após audiência dele e do líder do partido no Senado, Carlos Chiarelli, com o presidente Sarney, para explicação da decisão governamental de suspender o pagamento da dívida externa. Autor de um discurso que desagradou o Palácio do Planalto, Lourenço afirmou ontem que não repetiria o pronunciamento, pois a situação, segundo ele, agora é outra. Lourenço relatou que Sarney os convocou para comunicar que, após uma avaliação do quadro das relações financeiras do País, tinha decidido pela suspensão do pagamento dos juros, «mas nos tranquilizou quanto às reservas disponíveis, de 4,2 bilhões de dólares, que garantem nossas necessidades de importação por um período de 90 dias». Segundo ele, Sarney justificou ainda o sigilo mantido em torno da medida, até o seu anúncio, em decorrência da necessidade de resguardar as reservas cambiais. Em seguida, pediu apoio para as decisões.

O presidente teria manifestado apoio ainda, segundo Lourenço, à iniciativa do PFL de ouvir o ministro Dilson Funaro, comprometendo-se inclusive em recomendar ao ministro que atenda à solicitação. Pelo requerimento que os li-



Sarney tranquilizou líder do PFL

berais estão encaminhando, o ministro deverá ser ouvido no dia 11 de março.

O líder do PFL revelou-se satisfeito com o resultado da conversa, concluindo que há «de fato abertura em relação ao nosso partido», tendo em vista que Sarney teria se comprometido a ouvir o PFL antes do anúncio de medidas que estão sendo preparadas para aplicação interna. «Ele disse ainda — frisou — que considera indispensável e fundamental a nossa permanência no esquema de apoio ao governo». Em relação às insatisfações manifestadas pelos liberais nos últimos dias, no sentido de que o governo os estaria tratando como se não integrassem a Aliança Democrática, Lourenço disse que, se a conversa com Sarney «não resolve tudo, resolve em grande parte essas insatisfações».